

15 Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, com efeitos a 1 de Janeiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Comissão de Apreciação e Controlo da Actividade dos Administradores da Insolvência

Aviso n.º 1100/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso de competência que me foi delegada pela Comissão de Apreciação e Controlo da Actividade dos Administradores da Insolvência, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 7 de Julho de 2005, faço público que, relativamente às listas dos administradores da insolvência publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Março de 2005, concedi as seguintes suspensões:

António José Carvalho de Barros — suspenso, a seu pedido, entre 9 de Janeiro de 2006 e 8 de Janeiro de 2008.
Emanuel Mota Gonçalves Pereira — suspenso, a seu pedido, entre 10 de Janeiro de 2006 e 9 de Janeiro de 2008.
João Paulo Torres Cunha Ferreira — suspenso, a seu pedido, entre 10 de Janeiro de 2006 e 9 de Janeiro de 2008.
Luís Jorge Rodrigues Monteverde — suspenso, a seu pedido, entre 16 de Janeiro de 2006 e 15 de Janeiro de 2008.
Rui Carlos Lourenço Helena — suspenso, a seu pedido, entre 13 de Janeiro de 2006 e 12 de Janeiro de 2008.

29 de Novembro de 2005. — O Presidente, *João Augusto de Moura Ribeiro Coelho*.

Aviso n.º 1101/2006 (2.ª série). — Faz-se público que, relativamente às listas dos administradores da insolvência dos distritos judiciais de Coimbra, Évora e Lisboa publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Março de 2005, se procedeu à eliminação da seguinte administradora da insolvência:

Maria Manuela de Jesus Ferreira, Bairral, caixa 108, Britiande, 5100-341 Lamego.

28 de Dezembro de 2005. — O Presidente, *João Augusto de Moura Ribeiro Coelho*.

Aviso n.º 1102/2006 (2.ª série). — Faz-se público que, relativamente às listas dos administradores da insolvência publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Março de 2005, se procedeu à eliminação nas listas distritais de Coimbra, Évora e Porto dos seguintes administradores da insolvência:

Francisco José Gouveia Bacala, Praceta de António Enes, 1, cave, frente, 2795-019 Linda-a-Velha (a).
Maria Cristina Henriques Conchon Santos Monção Leão, Avenida de Sidónio Pais, 2, 1.º, esquerdo, B, 1050-214 Lisboa (a).

(a) Especialmente habilitado a praticar actos de gestão.

28 de Dezembro de 2005. — O Presidente, *João Augusto de Moura Ribeiro Coelho*.

Aviso n.º 1103/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso de competência que me foi delegada pela Comissão de Apreciação e Controlo da Actividade dos Administradores da Insolvência, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 7 de Julho de 2005, faço público que, relativamente às listas dos administradores da insolvência publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Março de 2005, concedi a seguinte suspensão:

Alberto José Alves Nabinho — suspenso, a seu pedido, entre 6 de Fevereiro de 2006 e 5 de Fevereiro de 2007.

28 de Dezembro de 2005. — O Presidente, *João Augusto de Moura Ribeiro Coelho*.

Aviso n.º 1104/2006 (2.ª série). — Faz-se público que, relativamente às listas dos administradores da insolvência dos distritos judiciais de Évora, Lisboa e Porto publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, de 11 de Março de 2005, se procedeu ao cancelamento da inscrição do seguinte administrador da insolvência:

João Barata Pires Leitão, Avenida de Luís de Camões, 38, 6.º, A, Miratejo, 2855-121 Corroios.

28 de Dezembro de 2005. — O Presidente, *João Augusto de Moura Ribeiro Coelho*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 2362/2006 (2.ª série). — Por despacho do subdirector-geral da Administração da Justiça de 13 de Janeiro de 2006:

Sandra Cristina de Freitas Henriques, escritã auxiliar, a exercer funções em comissão de serviço no Tribunal Constitucional — nomeada, em comissão de serviço, para esta Direcção-Geral, com efeitos a partir de 16 de Janeiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Janeiro de 2006. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho n.º 2363/2006 (2.ª série). — Por despacho de 10 de Janeiro de 2006 do Ministro da Justiça:

Licenciado José Joaquim da Cunha Monteiro, coordenador de investigação criminal do quadro da Polícia Judiciária, a exercer funções em regime de comissão de serviço como oficial de ligação na República Federativa do Brasil — prorrogada a referida comissão de serviço até 19 de Junho de 2006. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Janeiro de 2006. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 2364/2006 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Janeiro de 2006 do director nacional da Polícia Judiciária:

Paulo Renato Mateus Félix, agente de nível 2 do quadro da Polícia Judiciária, na situação de licença sem vencimento para o exercício de funções em organismo internacional — autorizado o regresso ao referido quadro, a partir de 1 de Janeiro de 2006, ficando posicionado como inspector de escalão 4. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Janeiro de 2006. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

Despacho n.º 2365/2006 (2.ª série). — O Programa Man and Biosphere (MAB), criado em 1971, é um Comité da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) que desenvolve as suas actividades na área das ciências naturais e sociais, para a utilização sustentada e a conservação da biodiversidade. O Programa visa também encorajar estudos multidisciplinares sobre as interações do ser humano com o ambiente (através das bolsas MAB Young Scientists e do prémio Sultão Qaboos para a preservação ambiental) e o desenvolvimento e manutenção de uma rede global de reservas da biosfera.

Portugal está associado ao Programa MAB desde finais de 1981, quando a Reserva Natural do Paul do Boquilobo foi designada «Reserva da biosfera».

A primeira Comissão Nacional MAB foi constituída em 1985, através do despacho n.º 43/85, de 7 de Outubro, do Secretário de Estado do Ambiente, o qual foi objecto de posteriores alterações, não obstante, a referida Comissão encontra-se actualmente desactivada.

A participação de Portugal no Programa MAB, através da Comissão Nacional, permite o intercâmbio científico e a troca de experiências a nível do ordenamento do território e da gestão e valorização da temática da biodiversidade, pelo que se considera da maior importância a reactivação da Comissão Nacional MAB.

Assim, determino:

1 — Designar a Comissão Nacional do Programa Man and Biosphere (MAB), adiante designada por Comissão Nacional MAB, com a seguinte composição:

- Pedro António de Castro Henriques, em representação do Instituto da Conservação da Natureza (ICN), que coordena;
- Gonçalo Jorge Pestana Calado, professor universitário da área das ciências naturais;
- João Howell Pato, investigador da área das ciências sociais;
- Luís Filipe da Silva Morbey, na qualidade de representante do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território